



POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA E INCLUSÃO ÉTNICA ANÁLISE DE CONJUNTURA

AFRO-BRASILIAN POPULATIONS AND ETHNIC INCLUSION A STATE OF AFFAIRS ANALYSIS

Prof. Osvaldo José da Silva¹

“Existe uma reflexão realizada de maneira alternativa, visto que o negro na sociedade, colocado na marginalidade, criou um pensar alternativo original, que não aparece no mundo oficial formal e cultural dos brancos.”

Resumo: O presente artigo tem como objetivo trazer à baila a questão da inclusão étnica da população afrodescendente brasileira. É notório que ao lermos o cenário político, o cenário econômico e o cenário social, encontramos aspectos relacionados à cultura da pós-modernidade que, em muitos casos, mais anuviam do que esclarecem a inclusão do povo negro no Brasil. É por isso que as ações do movimento negro organizado podem estabelecer parcerias, no sentido da superação do racismo “cordial” da sociedade brasileira.

Palavras-chave: Afrodescendente. Conhecimento. Globalização. Neoliberal. Terceiro setor e Movimento negro.

Abstract: The aim of this article is to show the matter of ethnic inclusion of the Brazilian afrodescendent population. It is well-known that we find aspects concerning to post-modern culture in the politic, economic and social scenarios which can obscure, much more than clarify, the question of ethnic inclusion of the Black population in Brazil. That's why it's important to highlight the actions of the organized Black movement, which can establish partnerships, in a sense of overcoming the “cordial” racism inside the Brazilian society.

Keywords: Afrodescendent. Knowledge. Globalization Neoliberal. Third Sector. Black Movement

INTRODUÇÃO

Este artigo argumenta sobre uma análise de conjuntura voltada à realidade da população negra no Brasil em tempos de perda de referencial teórico para ações políticas, no sentido de ações de cidadania enquanto exercício político da vida na comunidade, e seus espaços públicos.

É desenvolvida uma análise a partir da realidade histórica da população negra, visto que no processo de inclusão social é uma tarefa histórica de todo cidadão consciente reparar o grande holocausto do tráfico negreiro África-Brasil, a escravidão e por consequência o preconceito étnico (racial) contra o negro.

Partindo de uma leitura do cenário econômico, sob o prisma do processo de globalização da economia nos seus aspectos práticos e passando pelo cenário político, visto sob a

égide da determinação teórica neoliberal como o novo espaço de disputa do poder, demonstrando o processo de alienação do modelo arcaico da “política” tradicional, chega-se ao cenário social, em que acena para a comunidade negra a perspectiva de um novo referencial crítico de compreensão da realidade para ações políticas autônomas.

Dessa forma, apontamos para o terceiro setor como um espaço alternativo de engajamento e inclusão étnica da população afrodescendente, como tarefa e responsabilidade das organizações sérias constituídas na sociedade brasileira

Por uma questão didática, apresentaremos alguns aspectos da conjuntura nacional e, analisando separadamente três cenários, a saber: cenário econômico, cenário político e o cenário social. O intuito deste trabalho é frisar o momento atual da história nacional a partir do olhar na perspectiva do negro.

1-Professor universitário, formado em filosofia e economia, com pós-graduação em ciências políticas e membro da ONG Atabaque. Prof. na UnG Rua: Inácio de Araújo, 20 - apto.121 - Celular: 9222 6931 - e-mail:kayona@uol.com.br



Por que sob a ótica do Negro?

Sistematicamente encontramos nos veículos de comunicação, de uma maneira geral, diversas matizes na análise da conjuntura. Ao ligar o rádio diariamente, na maioria das emissoras, escutamos anúncios ou notícias sobre a cotação do dólar, ou variações da economia, quase sempre fundamentados em dados estatísticos de determinadas fontes econômicas. Ao chegar em casa após uma jornada de sobrevivência, assistimos em todos os noticiários noturnos, além das notícias do cotidiano, notícias sobre os índices econômicos. Cadernos de economia específicos dos jornais e revistas diários ou semanais, oferecendo análises de técnicos e economistas sobre o sistema econômico capitalista denominado **mercado**.

Encontramos nessa forma de apresentar a sociedade cotidianamente uma verdadeira **estória**, ou conto infanto-juvenil contemporâneo.

- Professor universitário, formado em filosofia e economia, com pós-graduação em ciências políticas e membro da ONG Atabaque.

Em nenhum momento, os dados econômicos especificam quem são os usuários de dólar, jamais revelam quem são os acionistas privados ou quanto possui em valores compreensíveis a grande massa da população. As informações são passadas como se vivêssemos em uma grande sociedade homogênea, harmônica e feliz. Cada um apenas administrando o seu grande capital.

No entanto, sabemos que a realidade não é essa. Na vida diária, cada um vive a luta incessante da sobrevivência. E um aspecto salta aos olhos de quem é negro, ou negra, criança, jovem ou velho afrodescendente. Vivemos em uma sociedade de matiz efetivamente **branca**.

Se a sociedade do século XXI no Brasil e no Mundo é mostrada, não virtual, mas factualmente branca, é porque um modelo já está definido. E os negros efetivamente não estão contemplados nessa ótica. Efetivamente as linguagens da economia, da política, da cultura e do social **não** são compreensíveis também aos negros. Estamos vivenciando uma nova fase de racismo explícito, no implícito da linguagem, da comunicação e da educação.

A falsa impressão do racismo cordial deve ser desmascarada, pela análise, compreensão, e sobretudo por novas ações do povo negro organizado. A conjuntura atual não é neutra, é formada por uma estrutura mais sofisticada, em que mais do que nunca o **conhecimento** está em jogo, como moeda de luta ideológica.

Resgatando o modo peculiar de o negro conhecer, sentir e agir, a lição não será somente aprendida, mas também ensinada.

É importante ressaltar que economia, política e social são interfaces de um mesmo sistema, a separação aqui, como dissemos, é de cunho didático para a compreensão do momento.

CENÁRIO ECONÔMICO

A economia contemporânea vive uma estrutura denominada terceira fase da Revolução Industrial.

A primeira fase é considerada a transformação ocorrida no século XVII e XVIII, com a implementação dos valores da cultura renascentista, com novos meios de produção, dentro do modo de produção capitalista. No Brasil, o povo negro já vivia o seu holocausto, com o tráfico dos negros escravizados para servir como mão-de-obra para a exploração econômica da colônia pela metrópole portuguesa.

A segunda fase da Revolução Industrial é dominada pela mecanização do processo produtivo. No Brasil, o golpe da emigração europeia para embranquecer a população brasileira e ocupar os postos de trabalho nas fábricas nascentes significou, por um lado, a quebra das correntes, e, por outro, a exclusão do modelo social que estava sendo construído para o negro.

A terceira fase da Revolução Industrial é marcada pela denominada produção pós-industrial capitalista, marcadamente de cunho tecnológico e de domínio do capital financeiro especulativo internacional nessa primeira metade do século XXI.

Neste processo, o discurso integrador cria uma ideologia segundo a qual a não integração do indivíduo na sociedade é de responsabilidade do próprio indivíduo. Isso significa que, segundo a ordem econômica vigente, não há racismo, somente incompetência do próprio indivíduo que não se preparou (e não se prepara) para a nova realidade econômica.

Mais uma vez, o sistema econômico não considera todo o processo de exclusão social histórico vivido pelo negro nas duas fases anteriores. Como conseqüência, temos um imaginário social de culpa (consciência coletiva) introjetando na população negra a idéia de que o próprio negro é o único culpado pelo processo de escravidão e exclusão social sofrido pelo mesmo.

O principal foco da economia na sociedade contemporânea é denominado processo de **globalização**. As raízes da globalização econômica estão demarcadas pelo fim da chamada “guerra fria” entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética, tendo como símbolo a queda do Muro de Berlim, e a



teoria do “Fim da História”.

Sob a égide de uma nova ordem econômica, os capitalistas teriam vencido a guerra contra os comunistas, estabelecendo na atualidade um só mundo, global e determinado pelo mercado econômico mundial.

Entretanto, observou-se que na verdade o único processo levado adiante foi o mesmo processo anterior da era moderna, em que os países mais ricos do mundo em tecnologia e capital financeiro estariam impondo aos países denominados “emergentes” políticas econômicas de dependência do capital externo. Mais precisamente, os países da África e da América Latina continuariam sendo excluídos do campo do poder econômico nessa “nova ordem”.

No plano interno temos a repetição do jeito de pensar internacional, em que a elite nacional compactua com essas idéias dominantes para não perder seus privilégios.

A conseqüência é a manutenção da doutrina secular de que a massa pode sonhar, imitar, às vezes experimentar, mas nunca efetivamente usufruir da renda gerada pelo sistema econômico.

A concentração de renda é o exemplo mais factual de que o conflito capital trabalho, mais do que nunca, continua a mover a história moderna, só que com novas nuances.

Para o povo negro, fica a expectativa de que a ascensão econômica do branco (trabalho, saúde, moradia, transporte, educação, salário, etc.) pode elevar também o padrão de vida dos afrodescendentes. Mas como sempre, o negro não como locomotiva, mas como vagão.

A doutrina do livre mercado, da competição e da concorrência, propugna que todos são livres para concorrer e se estabelecer. Há uma “igualdade” de condições.

A análise histórica da caminhada do povo negro mostra exatamente o contrário, a igualdade para competir na lógica da economia nunca foi realidade entre negros e brancos no mercado, e a diferença singular é o preconceito racial, a doutrina ideológica de inferioridade da raça negra. Não dita na pós-modernidade, mas praticada na operacionalização do sistema econômico.

CENÁRIO POLÍTICO

Se no cenário econômico a promessa do paraíso terrestre através da sociedade de consumo não passa de uma revigoração da velha ordem mundial, no cenário político a coisa não é muito diferente.

Mas – como dirão alguns– “A eleição de um presidente

ligado às bases operárias, ao movimento popular, à esquerda, etc., não é o momento da esquerda democrática no mundo todo?

Para melhor compreensão da questão podemos retroceder ao sentido original da ação política.

O exercício do poder por parte do cidadão na vida comunitária (na pólis, na cidade, na comunidade, na sociedade) é a marca por excelência da ação política.

Entretanto, na chamada pós-modernidade, o foco do poder foi deslocado do campo da política, para o campo do sistema econômico. E como isso é feito?

Iniciamos o século XXI com uma doutrina política diferente e inusitada ao próprio campo da política, que é a vigência da ação neoliberal. O neoliberalismo, como a própria palavra diz, é o novo regime liberal, ou o pós-liberalismo.

Para que possamos entender melhor, podemos retroceder às duas fases iniciais do modo de produção capitalista, em que a essência da primeira fase da revolução industrial, bem como a da segunda fase, é realizada sob o dogma do livre mercado. Isto é, nada pode intervir nas forças “naturais” dirimidas pela livre concorrência do capital.

No mesmo processo em que a economia aciona o dispositivo da ideologia da globalização, o sistema político mundial aciona o dispositivo político neoliberal, e na prática, aí sim, encontramos uma nova doutrina política.

Concepção do fim do Estado nacional (fim das fronteiras políticas/econômicas), contração da emissão monetária, taxa de juros e câmbio flutuantes, abolição do controle do fluxo do capital monetário e financeiro, processos de privatizações, fim da proteção social são temas que antes faziam parte da agenda econômica, e que agora são ações políticas determinadas por um sistema econômico supranacional e sistematizadas por organismos internacionais como FMI e Banco Mundial.

O início dessa história é demarcado pelas ações dos governos Reagan, nos Estados Unidos, e Thatcher, na Inglaterra, bem como por governos neoliberais na Europa, na década de oitenta (1980). Não é de se estranhar que esse processo é aprofundado e coordenado pelos “falcões” americanos do governo Bush, o filho, e a partir do ano 2003, novamente apoiado por um inglês, dessa vez o “trabalhista” Tony Blair.

As conseqüências desse processo já vêm descritas no denominado Consenso de Washington (1989) tolerância com relação ao desemprego estrutural, fim das greves, integração à ideologia política via determinação econômica.

Quem de fato exerce o poder? Eis a questão. Já não é mais o representante legal ou legitimamente eleito? Os fatos



provam o contrário.

Mas qual poder? O poder de autodeterminação, poder de auto-construir-se, construção de sua própria identidade em uma sociedade pluriétnica, macropoder de estabelecer seus próprios destinos enquanto povo. E, no nosso caso, poder fazer valer nossa identidade afro-brasileira.

Eis o desafio político da negritude: ao lutar pelo espaço do povo negro na sociedade brasileira, os afrodescendentes resgatam os valores democráticos humanos e universais. Desintegrados na nova ordem social.

CENÁRIO SOCIAL

O momento atual aponta para o campo social como o local privilegiado da manifestação das contradições, dos antagonismos e da manifestação da luta de classes, por excelência. A iniciativa política de instalar a **Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial**, pelo atual governo federal, reacendeu e oficializou o reconhecimento, via poder executivo, do racismo contra os negros presentes na sociedade brasileira.

Políticas públicas, como o sistema de cotas para os negros nas universidades públicas, ou em concursos públicos; a participação de personalidades negras nos poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário; o reconhecimento dos negros na academia universitária, bem como a ascensão de alguns destes nas hierarquias religiosas institucionais; a participação de representantes símbolos dos movimentos sociais da negritude nos canais oficiais de governança institucional são fatos que podem sugerir que o Brasil esteja passando a limpo seu passado escravocrata, e remunerando o povo negro com uma cidadania digna.

Entretanto, a degeneração e a esgarçada do tecido social mostram que a mobilidade entre as classes sociais ainda não é um fato. Representa, mas não é. Senão vejamos: no exato momento em que no cenário econômico e político é anunciada uma grande mobilização de ascensão social, “é só você querer”, os fatos das ruas mostram exatamente o contrário.

Presença maciça do crime organizado em todas as esferas do campo de atuação social. Ovens, em sua maioria negros, morrendo sob a batuta do tráfico de drogas, escolas públicas, onde o negro poderia ter acesso a canais de luta institucional, cada vez mais sucateadas. As referências de moradia da população afro-brasileira ainda são as piores no comparativo geral com a população brasileira.

Dizer que os problemas estruturais são históricos e que

somente a médio e longo prazos nossos problemas sociais seriam solucionados – pela integração da sociedade civil com o poder público –, é redundante e já não responde às expectativas do povo negro.

Bem sabemos que todo e qualquer paliativo econômico e político que possa ser inserido neste contexto ainda não deu demonstração concreta de uma verdadeira inserção do negro na formação da sociedade brasileira. Nessa perspectiva, os negros tiveram uma participação fundamental, mas são vistos como notas de rodapé do caráter nacional brasileiro.

É inegável que o pouco conquistado pelos afrodescendentes foi graças à luta de todo o movimento negro, nas suas várias tendências, contudo uma luta que está apenas recomeçando nessa nova etapa da **História**.

INCLUSÃO ÉTNICA :

A conjuntura atual demonstra que o movimento negro organizado passa por um momento crucial.

De um lado, a crença de que a iniciativa institucional, de cima para baixo, para inserir o negro na sociedade é vista com desconfiança. Por outro lado, a certeza de que as conquistas históricas do negro em movimento seriam as autênticas manifestações a serem preservadas.

Pois bem, neste momento temos o fato real de que, se por um lado, conseguimos algumas conquistas institucionais que mais favoreceram ao branco do que ao negro, como por exemplo o 13 de Maio, em que a sociedade brasileira literalmente lava as mãos com relação ao destino de uma etnia.

Quando já não mais importava o trabalho escravo, importa mão-de-obra branca para substituir os negros. O fato é que, o 13 de Maio, estabelece uma lei pela qual o Estado reconhece que havia uma situação de escravidão, e esse documento é a nota fiscal da fatura a ser cobrada.

A ação do movimento negro pelo canal institucional também pode ser uma alternativa de conquistas visando superar o estado de marginalização a que secularmente a raça negra vem sendo exposta.

O significativo também é a ação direta que o movimento negro produz, invertendo o institucional e oficializando o que antes era marginalizado, como por exemplo, o feriado de 20 de Novembro em algumas cidades do Brasil.

A maturidade e a perspicácia do movimento negro atual é que, em última instância, vão dar as coordenadas das lutas, nesse “novo” contexto do século XXI.

Por outro lado, existem novas ações alternativas



intrínsecas à nova ordem mundial, destacando-se o processo de construção de uma nova cultura social, denominada terceiro setor.

O terceiro setor é a dimensão das ações da sociedade civil para a construção de uma nova dinâmica ética de inclusão social.

São nas ações do terceiro setor que a comunidade afrodescendente poderá encontrar políticas sérias de parceria e solidariedade de inclusão étnica. Há vários exemplos de segmentos específicos que, valorizando a diversidade, optam pela inclusão do negro não como “um coitado a ser ajudado”, mas mediante desafios da compreensão e da transformação da história social brasileira, desenvolvem ações com o segmento de Recursos Humanos das empresas, ou empresas privadas que apóiam iniciativas de ONG (Organização Não Governamental) ou OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que visam à inclusão do negro na sociedade por meio das competências e habilidades desses cidadãos e cidadãs afrodescendentes.

Tem-se por base que a questão da inclusão étnica do povos afrodescendentes é questão de toda a sociedade brasileira, e que apenas por meio dela se chegará a enfrentar o desafio de maneira séria, vencendo os preconceitos, na busca da justiça social e da democracia real.

CONCLUSÃO

Este artigo procurou destacar e sistematizar alguns sinais indicadores de possibilidades de leitura da nova ordem mundial e de inclusão étnica da população afrodescendente no Brasil.

É público e notório que a população negra no Brasil carece de uma série de oportunidades históricas, bem como de modelos de reparações do passado escravocrata, como mecanismo de compensação histórica do modelo econômico brasileiro.

Nesse sentido a leitura do cenário econômico aponta para a superação dos mecanismos de controle ideológico da nova ordem mundial. A leitura do cenário político aponta para o destravamento da alienação política, do fazer política séria e responsável, a partir da conscientização histórica. Por sua vez, a análise do cenário social vislumbra ações do movimento negro que superam as fantasias insanas sobre o preconceito e incorporam na luta social conseqüências práticas e objetivas de resultados concretos de inclusão social e étnica do negro brasileiro, como por exemplo, 20 de Novembro, dia Nacional da Consciência Negra

É nesse aspecto que apontamos para as considerações finais, visando ao papel do terceiro setor, não necessariamente para a conclusão do debate sobre mecanismos de inclusão

social, configurados na cultura social e corporativa da nova ordem mundial no limiar do século XXI.

O objetivo de fato é abrir novas possibilidades de uma conversa franca e direta no intuito de superar o preconceito racial no Brasil.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS

ASHLEY, P. A. (Org.). *Ética e Responsabilidade Social nos Negócios*. São Paulo: Saraiva, 2006.

GENTILLI, P. (Org.). *Globalização Excludente*. Petrópolis: Vozes, 1999.

JAMESON, F. *A Cultura do Dinheiro*. Petrópolis: Vozes, 2001.

JUNIOR, V. C. S. (Org.) *Uma Dívida, Muitas Dívidas: Os afro-brasileiros querem receber*. São Paulo: Atabaque, 1998.

KUMAR, K. *Da Sociedade Pós-Industrial à Pós-Fábrica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

MORAES, E. *A Escravidão Africana no Brasil*. Brasília: UNB. 3.ª ed., 1998.

MORRISON, T. *O Olho mais Azul*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1999.

SANTOS, G. A. *A Invenção do Ser Negro*. São Paulo: Educ, 2002.

SILVA e REIS, E. e J.J. *Negociação e Conflito – A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. Das Letras, 1989.

SROUR, R. H. *Ética Empresarial: A Gestão da Reputação*. Rio de Janeiro: Campus, 2.ª ed, 2003.